

HABEAS CORPUS Nº 551.163 - SP (2019/0370330-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RUDINEI DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RUDINEI DE OLIVEIRA - SP289947
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DONATO MEIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
OUTRO NOME : RENATO MEIRA DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

DONATO MEIRA DE OLIVEIRA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido no Habeas Corpus n. 2179988-83.2019.8.26.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Assere a defesa que, "ao lado da falta de fundamentação idônea, também não foi demonstrada a presença de nenhum dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, necessários para manutenção da prisão cautelar" (fl. 30). Além disso, alega a ocorrência de excesso de prazo para o encerramento do feito. Requer, assim, **a revogação da medida cautelar máxima**.

Não concedida a medida liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

Decido.

Depreende-se dos autos que o Juízo de primeira instância acolheu a representação da autoridade policial e decretou a prisão preventiva do paciente e dos corréus, "por suposto envolvimento em crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, asseverando a existência de fortes indícios de que todos integram o mesmo grupo criminoso, cada qual exercendo função distinta e meticulosamente ponderada, de forma a minimizar os riscos da nefanda atividade" (fl. 79).

Salientou também que:

[...]

1) Donato Meira de Oliveira e João Victor Lopes dos

Santos se cotizaram e compraram drogas de Leonardo de Oliveira Silva Filho, morador na cidade de Pompéia/SP para revenda, contraindo dívida com o fornecedor.

[...]

Durante o período de investigações ocorreram apreensões de entorpecentes e a prova até agora amealhada sugere a vinculação de todos os denunciados com os fatos criminosos.

Bom que se diga que, para fins de decreto de custódia preventiva, o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão. Neste contexto, portanto, **torna-se necessária a custódia cautelar dos denunciados, posto haver fortes indícios de que teriam arquitetado e colocado em prática nessa região um substancioso esquema de venda de drogas, com divisão de tarefas e hierarquia entre os diversos asseclas, em tudo semelhante a um empreendimento privado do crime**, impondo-se, pois, a medida extrema como garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional, no que a soltura deles constituiria verdadeiro incentivo à impunidade, o que não se coaduna com o requisito da garantia da ordem pública exigido ao decreto da custódia preventiva.

Não é por demais dizer haver necessidade ainda da custódia cautelar também por conveniência da instrução criminal, sendo muito importante asseverar que em processos de tal ordem seja toda e qualquer testemunha isenta de qualquer pressão para depor em Juízo, inclusive para fins de preservação da prova a ser colhida.

Evidente que, permanecendo soltos (um ou mais dos denunciados), os quais ostentam antecedentes criminais, inclusive por delitos da mesma natureza, e possível ligação com o crime organizado, haveria sério risco à fase de instrução, vez que algumas testemunhas são usuários de entorpecentes e, por certo, poderiam ser atemorizadas direta ou indiretamente no afã de omitirem ou alterarem a verdade sobre os fatos (fl. 79-81, destaquei).

Urge consignar que a prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a

decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

A partir de tais premissas, saliento que "[a] jurisprudência do col. Pretório Excelso, também **enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes do STF e do STJ" (**HC n. 544.736/PR**, Rel. Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo** (Desembargador convocado do TJ/PE), 5ª T., DJe 28/2/2020, grifei).

Além disso, deve-se ressaltar que a Corte de origem, ao minudenciar os fatos descritos pelo Juízo de primeiro grau, mormente no que tange à quantidade e variedade dos entorpecentes apreendidos, apontou que "o paciente, previamente ajustado com os corréus, guardava e mantinha em depósito, para fins de tráfico, **926 g de maconha acondicionadas em 6 tabletes de plástico, 39,48 g de 'buchas de maconha', 364,4 g de cocaína, acondicionadas em 19 porções, 17,78 gramas de crack, acondicionadas em 57 porções e mais 1,25g de maconha**" (fl. 109, sublinhei).

A esse respeito, destaco que "[a]s circunstâncias fáticas do crime, **como a grande quantidade apreendida, a variedade, a natureza nociva dos entorpecentes, a forma de acondicionamento, entre outros aspectos, podem servir de fundamentos para o decreto prisional** quando evidenciarem a periculosidade do agente e o efetivo risco à ordem pública, caso permaneça em liberdade" (**RHC n. 120.091/SP**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 28/2/2020, destaquei).

No mesmo sentido:

[...]

2. No caso, a prisão preventiva está justificada pois, segundo a decisão que a impôs, **o paciente foi flagrado com elevada quantidade e variedade de substâncias entorpecentes - a saber, 588g (quinhentos e oitenta e oito gramas) de maconha, 125g (cento e vinte e cinco gramas) de crack, 451g (quatrocentos e cinquenta e um gramas) de cocaína -, além de outros petrechos utilizados para a mercancia ilícita de entorpecentes e três placas de colete balístico, o que denota a sua periculosidade. Dessarte, evidenciada a sua**

periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (precedentes).

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Ordem denegada (**HC n. 552.948/SP**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 27/2/2020, destaquei).

[...]

III - Na hipótese, o **decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade e variedade das drogas apreendidas (149,3 g de cocaína, 100 g de crack, 218,7 de maconha, e 2 frascos de "loló"), além da apreensão de uma balança de precisão**, circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema na hipótese. (Precedentes).

IV - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas corpus não conhecido (**HC n. 548.420/MG**, Rel. Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo** (Desembargador convocado do TJ/PE), 5ª T., DJe 19/12/2019, grifei).

Por fim, no que tange ao apontado excesso de prazo, a matéria não foi sequer submetida à apreciação da Corte de origem, porquanto não foi suscitada no acórdão vergastado. Dessa forma, o exame do pedido pelo Superior Tribunal de Justiça incorreria em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

[...]

3. A aventada ilegalidade da custódia cautelar do ora agravante e o apontado excesso de prazo da medida não foram alvo de deliberação pela autoridade impetrada no acórdão impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre os tópicos, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental desprovido (**AgRg no HC n. 504.221/SP**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 14/5/2019).

[...]

1. A tese relativa à inimizabilidade do Recorrente não comporta conhecimento, pois nem sequer foi suscitada perante o Tribunal de origem, a revelar indevida supressão de instância [...] (**RHC n. 102.427/BA**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 4/4/2019).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**